



CIDADÃO

PARTICIPA

**Plataforma digital para o Diálogo Nacional
Inclusivo em Moçambique**

Relatório Mensal

29 de Maio – 29 de Junho de 2026

Índice

Listas de Abreviaturas	3
1. Sumário	4
2. Quanto ao Acesso/Utilização da Plataforma	5
3. Quanto a Capacitação dos Actores Chave sobre a Plataforma.....	5
4. Quanto aos Usuários da Plataforma	7
5. Usuários da Plataforma	8
6. Principais Contribuições dos Cidadãos para o Processo	8
Assuntos Eleitorais	9
Assuntos sobre Descentralização e Desconcentração	10
Assuntos sobre Reconciliação e Unidade Nacional.....	10
Assuntos de Justiça.....	10
Assuntos Fiscais	11
Assuntos sobre Recursos Naturais	11
Assuntos sobre Defesa e Segurança	12
Assuntos da Administração Pública e Despartidarização.....	12
Assuntos de Justiça.....	13
Assuntos Fiscais	13
Assuntos Constitucionais.....	13
Assuntos Económicos	13
7. Anexo:	15

Listas de Abreviaturas

MASC	Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
CIUEM	Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane
DNI	Diálogo Nacional Inclusivo
USSD	Dados de Serviço Suplementar Não Estruturados
SMS	Serviço de Mensagens Curtas
FDS	Forças de Defesa e Segurança
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
CNE	Comissão Nacional de Eleições
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
EGFAE	Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
COTE	Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PME	Pequenas e Médias Empresas

1. Sumário

O presente relatório enquadra-se no âmbito do projecto “Cidadão Participa”, coordenado pelo consórcio composto pelo líder do consórcio, Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), Fundação Mecanismo de Apoio às Organizações da Sociedade Civil (MASC), Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) e organização de Barcelona Decidim, e conta com o financiamento da Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento. O projecto surge num contexto marcado pela necessidade de fortalecer a confiança nas instituições democráticas, promover reformas de governação e ampliar os espaços de participação do cidadão em Moçambique.

Neste sentido, a plataforma digital “Cidadão Participa” foi concebida como uma ferramenta de participação cidadã ao serviço do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), permitindo aos cidadãos contribuir activamente para os debates sobre reformas constitucionais, governação, descentralização, reconciliação nacional e outros temas de interesse público.

Através desta plataforma, as contribuições dos cidadãos são recolhidas, sistematizadas e canalizadas à Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), contribuindo para que diferentes sensibilidades, perspectivas e propostas da sociedade moçambicana possam ser consideradas no processo de construção de consensos nacionais.

A plataforma constitui, assim, um mecanismo complementar e permanente de auscultação pública, reforçando a participação cidadã para além dos encontros presenciais realizados no âmbito do DNI.

Após a apresentação do primeiro relatório, elaborado 30 dias após o lançamento oficial da plataforma, apresenta-se agora o segundo relatório de monitoria das contribuições submetidas pelos cidadãos no âmbito do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo. O presente documento dá continuidade ao exercício de sistematização e análise da participação cidadã na plataforma Cidadão Participa, reunindo as principais contribuições recolhidas entre os dias 29 de Maio e 29 de Junho de 2026. O relatório procura identificar tendências, preocupações e propostas apresentadas pelos cidadãos nas diferentes áreas temáticas em consulta, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de participação pública e para o enriquecimento do processo de construção de consensos nacionais.

2. Quanto ao Acesso/Utilização da Plataforma

A participação na plataforma é através de dois canais principais: via chatbot de WhatsApp ou através da plataforma web.

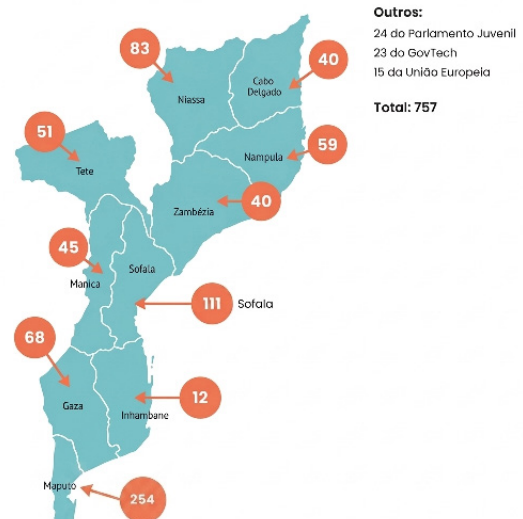
O acesso via WhatsApp é efectuado por meio do número +258 844308393. Para participar, o cidadão deve guardar o número no seu telefone, enviar uma mensagem de “Olá” e seguir as instruções apresentadas pelo sistema, seleccionando a opção “Participar”, escolhendo uma das propostas disponíveis, inserindo o seu comentário e enviando a sua contribuição. Após o envio, o comentário passa a estar imediatamente visível na plataforma. Alternativamente, os cidadãos podem participar através do navegador, acedendo à plataforma Cidadão Participa pelo link: <https://www.cidadao-participa.org.mz/>. Neste caso, o utilizador deve criar um perfil simples com endereço de e-mail e senha, entrar no processo “Diálogo Nacional Inclusivo”, aceder à secção “Propostas”, identificar a proposta na qual pretende participar, consultar os principais resultados da auscultação e as questões orientadoras do debate, e submeter o seu comentário.

3. Quanto a Capacitação dos Actores Chave sobre a Plataforma

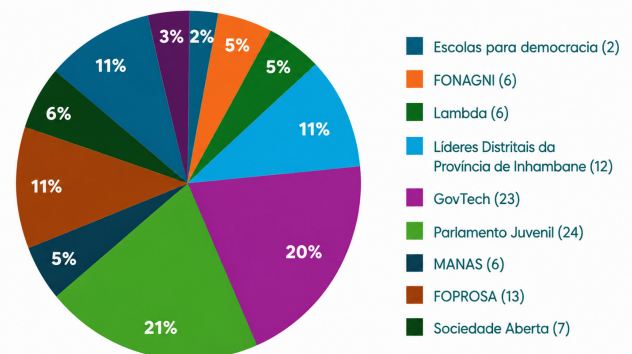
Durante o período de reporte, foram realizados encontros presenciais, virtuais e formações para vários actores com objectivo de disseminar a Plataforma Cidadão participa. Durante os encontros, a equipa do IMD apresentou as funcionalidades da Plataforma Cidadão Participa, incluindo a consulta das propostas temáticas, o acesso a documentos e relatórios, a participação através da plataforma digital e a utilização do chatbot integrado ao WhatsApp.

Cumulativamente, foram abrangidos pelas acções de disseminação da plataforma cerca um total de 757 participantes em diferentes províncias do país, conforme

o mapa abaixo. Houve um acréscimo de 181 participantes, dos dados apresentados no relatório anterior.



Reunião virtual

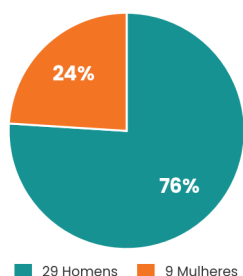


De forma específica no período em análise, foram realizadas sessões virtuais com organizações nomeadamente a MANAS (6 participantes), a FOPROSA (13 participantes), Sociedade Aberta (7 participantes) entre outras.

O IMD participou igualmente numa sessão virtual de intercâmbio promovida pela GovTech, que reuniu 23 participantes de diferentes países e organizações interessadas em soluções digitais de participação cidadã. Durante a sessão, foi apresentada a experiência de implementação da plataforma Cidadão Participa em Moçambique, incluindo o seu papel no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo, as funcionalidades da plataforma e a integração do chatbot no WhatsApp.

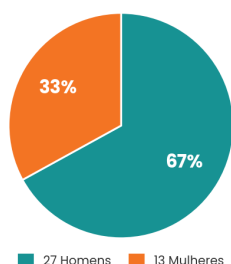
Paralelamente às reuniões virtuais, o IMD realizou igualmente outras actividades de capacitação e sensibilização junto de diferentes actores. Na província do Niassa, foi realizada uma formação sobre Governança Descentralizada dirigida aos membros das Assembleias Provinciais, que contou com a participação de 38 participantes.

Formação dos Membros da Assembleia Provincial de Lichinga-Província de Niassa



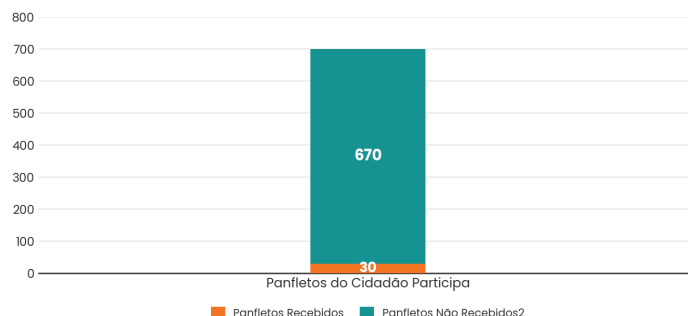
No âmbito das Escolas para a Democracia, foi realizada uma formação em Cidadania Local, Advocacia e Democracia Digital na Zambézia, reunindo 40 participantes, dos quais 27 homens e 13 mulheres.

Formação em Cidadania local, Advocacia e Democracia Digital: escolas para Democracia em Zambézia e Quelimane.



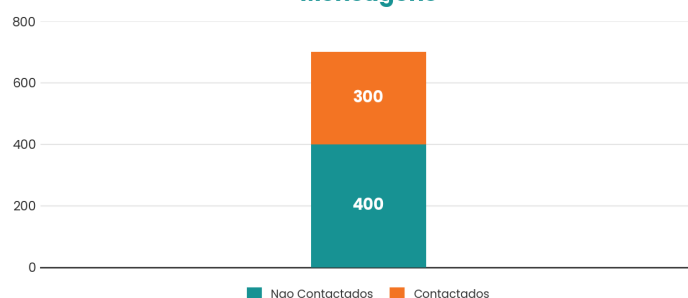
Adicionalmente, o IMD participou numa Feira de Serviços em Cabo Delgado, que reuniu cerca de 700 participantes, tendo sido distribuídos 30 panfletos informativos sobre a plataforma Cidadão Participa.

Feira de Acesso a Justiça: Nampula-Meconta



Paralelamente, procedeu-se à digitalização dos contactos recolhidos em diversas actividades realizadas pelo IMD, tendo sido registados mais de 700 contactos e respectivos nomes. Deste universo, cerca de 300 cidadãos foram contactados por via telefónica e através de mensagens, com o objectivo de apresentar a plataforma, fornecer orientações sobre o processo de inscrição e incentivar a submissão de comentários e propostas no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo. Em diversos casos, foram igualmente realizadas comunicações de acompanhamento para reforçar as informações partilhadas e apoiar os cidadãos no processo de participação.

Disseminação por via Telefónica e Mensagens



O conjunto das actividades de capacitação e reuniões virtuais realizadas reuniu um total de 223 participantes, incluindo representantes de organizações da sociedade civil, membros do Parlamento Juvenil, líderes distritais, parceiros internacionais, representantes da União Europeia e dos seus Estados-Membros, membros das Assembleias Provinciais e cidadãos envolvidos nas actividades de divulgação da plataforma Cidadão Participa. Os resultados demons-

tram a continuidade dos esforços de sensibilização e capacitação desenvolvidos pelo IMD para ampliar o conhecimento sobre a plataforma e promover uma participação mais activa no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo.

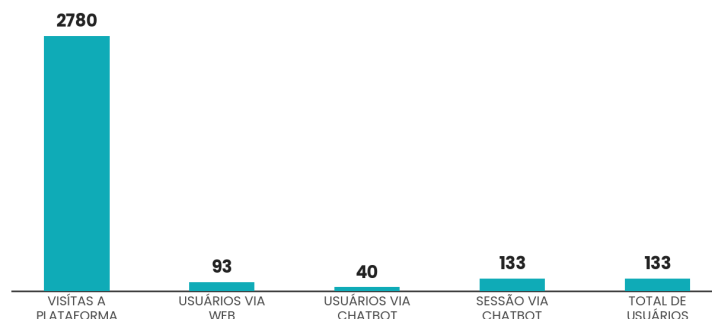
Apesar dos resultados alcançados e do aumento do número de participantes abrangidos pelas acções de disseminação da plataforma, persistem alguns desafios que continuam a influenciar os níveis de participação dos cidadãos no processo do Diálogo Nacional Inclusivo. Durante as actividades de divulgação e sensibilização, verificou-se que alguns cidadãos consideram o processo de inscrição relativamente complexo, sobretudo devido à necessidade de criação de conta e confirmação do endereço de correio electrónico. Foi igualmente identificado algum cepticismo quanto à

possibilidade de as contribuições submetidas influenciarem efectivamente os processos de reforma, o que, em alguns casos, condiciona o interesse e a participação dos cidadãos na plataforma.

4. Quanto aos Usuários da Plataforma

Durante o período compreendido entre 29 de Maio e 29 de Junho, a plataforma “Cidadão Participa” registou 133 novos registos de utilizadores, dos quais 93 acederam através da plataforma web e 40 através do chatbot de WhatsApp. No mesmo período, foram contabilizadas 2.780 visitas à plataforma e 133 sessões via chatbot, reflectindo a continuidade da utilização dos mecanismos digitais de participação.

Usuários



Desde o lançamento da plataforma até 29 de Junho, o número acumulado ascende a 375 utilizadores registados, sendo 243 provenientes da plataforma web e 132 do chatbot de WhatsApp. Destes, 31 utilizadores encontravam-se ainda por confirmar o endereço de correio electrónico à data da elaboração do presente relatório, correspondendo a um total de 344 contas confirmadas. No mesmo período, registaram-se 3.135 visitas à plataforma e 421 sessões através do chatbot, evidenciando um crescimento progressivo da utilização dos diferentes canais disponibilizados aos cidadãos

5. Usuários da Plataforma

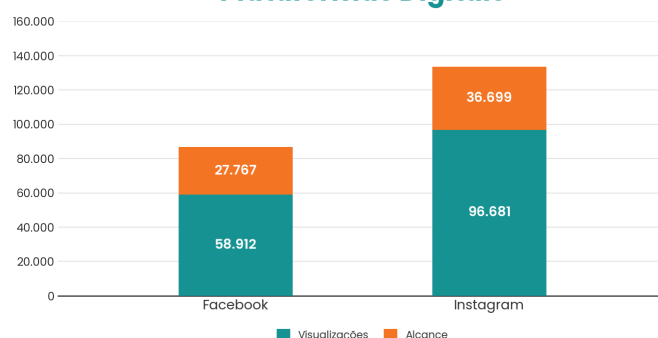
Indicador	28 de Abril – 28 de Maio	29 de Maio – 29 de Junho	Total
Visitas a plataforma	355	2780	3135
Usuários via web	150	93	243
Usuários via chatbot	92	40	132
Sessão via chatbot	288	133	421
Total de usuários	242	133	375

Os dados demonstram que a plataforma web continua a constituir o principal canal de acesso dos utilizadores, enquanto o chatbot de WhatsApp desempenha um papel complementar na facilitação da participação cidadã. A evolução dos indicadores de utilização confirma o potencial da plataforma “Cidadão Participa” como instrumento de auscultação pública, fortalecimento da participação cívica e promoção do Diálogo Nacional Inclusivo.

Apesar destes resultados, os dados evidenciam igualmente alguns desafios relacionados com a conversão do interesse em participação efectiva. Durante o período em análise, a plataforma registou mais de 2.780 visitas, demonstrando um interesse considerável por parte dos cidadãos. Contudo, este interesse nem sempre se traduz em inscrições ou em participação activa através da submissão de comentários e propostas.

Adicionalmente, embora as publicações sobre a plataforma nas redes sociais tenham alcançado um número significativo de pessoas, com mais de 27.767 pessoas alcançadas e 58.912 visualizações no Facebook, bem como 36.699 pessoas alcançadas e 96.681 visualizações no Instagram, alguns comentários publicados pelos utilizadores revelam desinteresse em efectuar o registo na plataforma.

Plataformas Digitais



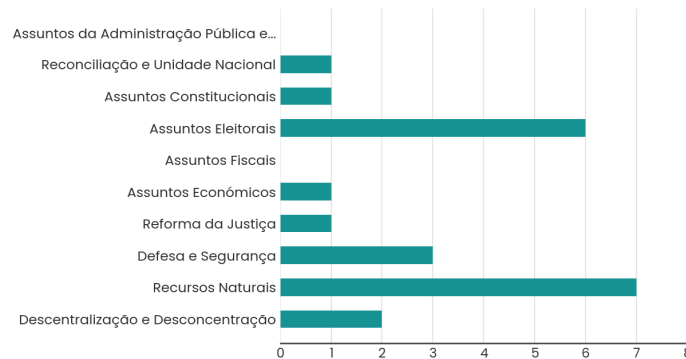
Muitos destes cidadãos consideram que os principais problemas enfrentados pelo país já são do conhecimento das autoridades governamentais e, por isso, questionam a utilidade de novos espaços de consulta e participação. Adicionalmente, a presença ocasional de comentários pejorativos ou desencorajadores nas redes sociais pode influenciar negativamente a percepção pública da iniciativa e reduzir a motivação de outros cidadãos para participar.

6. Principais Contribuições dos Cidadãos para o Processo

De forma geral, os dados evidenciam um nível de participação ainda moderado, com um total de 22 contribuições distribuídas por seis das dez áreas temáticas em consulta. A área de Recursos Naturais concentrou 7 dos 22 comentários registados, correspondendo a 32% do total das contribuições submetidas durante o período em análise. Os Assuntos Eleitorais registaram 6 comentários (27%), enquanto a área de Descentralização e Desconcentração registou 3 comentários

(14%). As áreas de Defesa e Segurança e de Reconciliação e Unidade Nacional registaram 2 comentários cada (9%), ao passo que os Assuntos Constitucionais registaram 1 comentário (5%).

Comentários



As contribuições recolhidas continuam a demonstrar o potencial das plataformas digitais como instrumentos de promoção da participação cidadã, auscultação pública e fortalecimento do diálogo democrático inclusivo em Moçambique, permitindo que diferentes perspectivas e preocupações da sociedade sejam incorporadas no processo do Diálogo Nacional Inclusivo.

Assuntos Eleitorais

Os utilizadores da Plataforma Cidadão Participa manifestaram preocupações relacionadas com a transparência, imparcialidade e credibilidade dos processos eleitorais em Moçambique. As contribuições recebidas evidenciaram uma percepção de falta de confiança nas actuais instituições de administração eleitoral, nomeadamente na Comissão Nacional de Eleições (CNE) e no Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

Neste contexto, alguns participantes defenderam a necessidade de reformas profundas na estrutura responsável pela gestão dos processos eleitorais, propondo a criação de um órgão mais independente, livre de interferências político-partidárias e capaz de assegurar eleições transparentes e justas. Os utilizadores consideraram que uma maior autonomia institucional pode-

ria contribuir para reforçar a confiança dos cidadãos nos resultados eleitorais e reduzir tensões recorrentes associadas aos pleitos eleitorais.

Foram igualmente apresentadas propostas concretas de revisão da legislação eleitoral, incluindo o reforço da transparência na contagem de votos ao nível das mesas de assembleia de voto, com a participação de todos os membros da mesa e na presença de jornalistas, observadores nacionais e internacionais e cidadãos eleitores. Os participantes recomendaram ainda a divulgação dos resultados apurados em cada mesa de voto, o reconhecimento da contagem paralela de votos como mecanismo complementar de fiscalização e a revisão da estrutura de administração eleitoral, incluindo propostas de extinção do STAE distrital.

Os participantes sublinharam igualmente que a credibilidade do sistema eleitoral dependia não apenas da legalidade dos procedimentos, mas também da percepção pública da sua legitimidade. Neste sentido, consideraram essencial fortalecer a independência, imparcialidade e transparência das instituições responsáveis pela administração eleitoral, bem como promover melhorias contínuas no processo eleitoral.

Para além das propostas de reforma, foi igualmente registado um comentário de apoio à iniciativa Cidadão Participa, refletindo uma apreciação positiva da criação de um espaço digital para o envolvimento dos cidadãos no processo do Diálogo Nacional Inclusivo.

De forma geral, as contribuições recebidas associaram o fortalecimento da democracia à necessidade de promover processos eleitorais mais transparentes, credíveis e inclusivos, capazes de reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Assuntos sobre Descentralização e Desconcentração

Os utilizadores da Plataforma Cidadão Participa destacaram a necessidade de reforçar a autonomia dos governos provinciais e clarificar a distribuição de competências entre os diferentes órgãos do Estado.

As contribuições recebidas evidenciaram preocupações relacionadas com potenciais conflitos institucionais entre os Governadores Provinciais e os Secretários de Estado, defendendo que a descentralização deve conferir maior poder e capacidade de decisão aos governos provinciais, de forma a promover uma gestão mais eficaz e contribuir para o desenvolvimento local.

Adicionalmente, alguns participantes defenderam a necessidade de devolver maiores competências aos Governadores Provinciais, por entenderem que estes, por serem eleitos pela população, devem dispor de maior poder de decisão na condução dos assuntos provinciais. Foi igualmente referido que uma melhor definição das atribuições dos diferentes órgãos do Estado poderá contribuir para reduzir a duplicação de funções e evitar o desperdício de recursos públicos.

Os participantes consideraram que uma descentralização mais efectiva permitiria aproximar a tomada de decisões das comunidades, fortalecer a governação local e

reduzir desigualdades territoriais. Foi igualmente salientada a importância de assegurar mecanismos de coordenação e prestação de contas que contribuam para uma gestão mais eficiente e transparente.

Assuntos sobre Reconciliação e Unidade Nacional

Os utilizadores da Plataforma Cidadão Participa destacaram a importância da reconciliação e da unidade nacional para a consolidação da paz e da convivência harmoniosa em Moçambique. As contribuições recebidas manifestaram apoio à iniciativa do Diálogo Nacional Inclusivo e expressaram expectativas positivas quanto aos resultados do processo.

Foi igualmente referido que o fortalecimento da descentralização e da governação local pode contribuir para reduzir tensões políticas e promover um desenvolvimento mais equilibrado entre as diferentes regiões do país. Os participantes consideraram que o diálogo e a inclusão constituem instrumentos fundamentais para a promoção da coesão social e da estabilidade nacional.

De forma transversal, os participantes associaram a consolidação da unidade nacional ao fortalecimento do diálogo, da inclusão e da confiança institucional, considerando estes elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais coesa e resiliente.

Assuntos de Justiça

Durante o período em análise não foram registadas novas contribuições na área temática da Justiça. Contudo, as contribuições anteriormente recolhidas continuaram a evidenciar preocupações relacionadas com a independência, transparência e eficácia do sistema judicial.

Os participantes defenderam o fortalecimento da autonomia das instituições de justiça, considerando essencial reduzir a influência política nos processos de nomeação e funcionamento dos órgãos res-

ponsáveis pela administração da justiça. Foi igualmente salientada a importância de reforçar os mecanismos de fiscalização e responsabilização institucional.

Relativamente ao acesso à justiça, as contribuições anteriormente recolhidas destacaram a necessidade de aproximar os serviços judiciais dos cidadãos, sobretudo das populações residentes em zonas rurais e de difícil acesso. Foram igualmente referidas preocupações relacionadas com os custos associados ao acesso à justiça e com a necessidade de tornar a legislação mais acessível e compreensível para a população.

No âmbito da transparência e do combate à corrupção, os participantes defenderam o reforço dos mecanismos de denúncia, o acesso à informação pública e a responsabilização efectiva dos envolvidos em práticas ilícitas. Estas medidas foram consideradas essenciais para fortalecer a confiança dos cidadãos no sistema de justiça e consolidar o Estado de Direito.

Assuntos Fiscais

Durante o período em análise não foram registadas novas contribuições relacionadas com os Assuntos Fiscais. Ainda assim, as contribuições recolhidas em períodos anteriores continuaram a evidenciar preocupações relacionadas com a justiça fiscal, a eficiência da administração tributária e a transparência na gestão das receitas públicas.

Os participantes defenderam uma reforma do sistema tributário baseada nos princípios da equidade e proporcionalidade, assegurando que cidadãos e empresas contribuíssem de acordo com a sua capacidade contributiva. Foi igualmente destacada a necessidade de rever determinados benefícios fiscais e reforçar os mecanismos de combate à evasão e fraude fiscal.

No que respeita à modernização da administração tributária, as contribuições apontaram para a importância da digitalização dos serviços, da simplificação dos procedimentos fiscais e da formalização

gradual da economia informal. Os participantes consideraram que estas medidas poderiam contribuir para melhorar a arrecadação de receitas e aumentar a eficiência dos serviços públicos.

As contribuições enfatizaram ainda a necessidade de reforçar a transparência na utilização dos recursos arrecadados pelo Estado, promovendo mecanismos de prestação de contas e participação cidadã na monitoria das finanças públicas. De forma geral, os participantes associaram a reforma fiscal à promoção de uma gestão pública mais eficiente, transparente e orientada para o desenvolvimento nacional.

Assuntos sobre Recursos Naturais

Os utilizadores da Plataforma Cidadão Participa consideram que a governação dos recursos naturais em Moçambique exige o reforço da transparência, da responsabilização e da distribuição equitativa dos benefícios gerados pela exploração dos recursos. As contribuições recebidas evidenciaram a necessidade de assegurar que uma parte significativa das receitas seja canalizada para as províncias e comunidades locais, através do financiamento de infraestruturas, educação, saúde e programas de geração de emprego.

No âmbito da responsabilidade social, os participantes defenderam que os benefícios para as comunidades devem ser assegurados desde as fases iniciais dos projectos de exploração, destacando a importância da construção e reabilitação de estradas, pontes e outras infraestruturas nas zonas afectadas pelas actividades extractivas. Foi igualmente sublinhada a importância da promoção do conteúdo local, através da contratação de mão-de-obra nacional e da integração de fornecedores moçambicanos nas cadeias de valor.

As contribuições reforçaram ainda a necessidade de promover a industrialização e a transformação local das matérias-primas, como forma de aumentar o valor acrescentado dos recursos naturais e gerar mais oportunidades de emprego para

os jovens. Neste contexto, os participantes consideraram essencial investir na capacitação da juventude e na diversificação da economia nacional.

Adicionalmente, alguns participantes defenderam a necessidade de proceder à revisão da legislação aplicável ao sector mineiro, considerando que o quadro legal deve acompanhar os desafios actuais da exploração dos recursos naturais. Foi igualmente recomendada a adopção de políticas públicas que promovam uma exploração mais eficiente e responsável dos recursos naturais, assente em princípios de transparência, distribuição equitativa dos benefícios, inclusão social e sustentabilidade, de modo a garantir que a riqueza gerada contribua efectivamente para a melhoria das condições de vida de todos os moçambicanos.

No domínio da sustentabilidade ambiental, foi destacada a necessidade de fortalecer as acções de conservação dos ecossistemas e promover uma gestão mais sustentável dos recursos naturais. Os participantes chamaram a atenção para a importância da preservação dos mangais e do envolvimento das comunidades em programas de sensibilização e reflorestamento, considerando que a protecção ambiental e a melhoria das condições de vida das populações devem caminhar lado a lado.

De forma geral, as contribuições associaram o desenvolvimento económico sustentável à transparência na gestão dos recursos naturais, à partilha equitativa dos benefícios, ao reforço do quadro legal e das políticas de exploração do sector extractivo e à participação activa das comunidades nos processos de tomada de decisão.

Assuntos sobre Defesa e Segurança

Os comentários recebidos nesta área evidenciaram apoio à iniciativa do Diálogo Nacional Inclusivo e reforçaram preocupações relacionadas com a protecção dos direitos humanos e a relação entre as instituições do Estado e os cidadãos. Em particular,

foi destacada a necessidade de assegurar maior protecção às pessoas com deficiência, combater todas as formas de discriminação e promover a inclusão no mercado de trabalho e no sistema educativo.

Estas contribuições reforçam a importância de uma abordagem da segurança centrada na dignidade humana e na protecção dos grupos mais vulneráveis. Neste contexto, torna-se fundamental fortalecer mecanismos de inclusão social, garantir igualdade de oportunidades e assegurar que todos os cidadãos possam usufruir plenamente dos seus direitos.

As preocupações expressas pelos participantes estão em consonância com contribuições anteriormente recolhidas, que sublinharam a importância do respeito pelos direitos humanos, do profissionalismo das instituições de defesa e segurança e do reforço da confiança entre os cidadãos e as instituições públicas.

De forma geral, os participantes associaram a segurança nacional não apenas à protecção territorial, mas também à promoção dos direitos fundamentais, da inclusão social e da construção de uma sociedade mais justa e coesa.

Assuntos da Administração Pública e Despartidarização

Os utilizadores da Plataforma Cidadão Participa destacaram a necessidade de reforçar a transparência, a meritocracia e a integridade na administração pública. As contribuições recebidas evidenciaram a importância da modernização dos processos de recrutamento e promoção dos funcionários públicos, defendendo a adopção de mecanismos digitais que garantam maior transparência e equidade nos concursos públicos.

No âmbito da ética e integridade na função pública, os participantes manifestaram preocupação com a persistência de práticas de nepotismo, favoritismo e corrupção, considerando que estas continuam a comprometer a eficiência das instituições e a limitar as oportunidades para cidadãos

qualificados. Foi igualmente salientada a necessidade de fortalecer os mecanismos de fiscalização e responsabilização, bem como promover uma cultura institucional assente na ética e no mérito.

As contribuições destacaram ainda a importância de criar mais oportunidades para os jovens qualificados e assegurar que os processos de admissão e progressão na carreira sejam baseados na competência e no desempenho, contribuindo para uma administração pública mais profissional e orientada para o interesse colectivo.

De forma geral, os participantes associaram a reforma da administração pública ao fortalecimento da meritocracia, da transparência e da integridade, considerando estes elementos fundamentais para aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições do Estado.

Assuntos de Justiça

Durante o período em análise não foram registadas novas contribuições na área temática da Justiça.

Assuntos Fiscais

Durante o período em análise não foram registadas novas contribuições relacionadas com os Assuntos Fiscais.

Assuntos Constitucionais

Durante o período em análise foi registada uma nova contribuição relacionada com os Assuntos Constitucionais. O utilizador manifestou-se contra a redução dos poderes do Presidente da República, defendendo que, enquanto mais alto magistrado da Nação, o Chefe de Estado deve manter as competências actualmente consagradas na Constituição.

Assuntos Económicos

Durante o período em análise não foram registadas novas contribuições relacionadas com os Assuntos Económicos.

Considerações Finais

O período compreendido entre 29 de Maio e 29 de Junho de 2026 confirmou a continuidade da implementação da plataforma Cidadão Participa como um mecanismo complementar de participação cidadã no âmbito do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo. Os dados apresentados demonstram um crescimento gradual do número de utilizadores, visitas e interações, evidenciando um interesse crescente dos cidadãos e das organizações da sociedade civil em acompanhar e contribuir para o debate sobre as reformas nacionais.

As contribuições recolhidas durante o período em análise revelam que os cidadãos continuam particularmente interessados em temas relacionados com a gestão dos recursos naturais, os processos eleitorais, a governação local, a reconciliação nacional e a defesa dos direitos fundamentais. As novas contribuições reforçaram igualmente a necessidade de aperfeiçoar a legislação aplicável ao sector mineiro, promover uma gestão mais transparente, equitativa e sustentável dos recursos naturais, fortalecer a transparência e a credibilidade dos processos eleitorais, clarificar a distribuição de competências no âmbito da descentralização e reflectir sobre aspectos relacionados com a organização constitucional do Estado. De forma transversal, as propostas submetidas reforçam a importância da transparência, da inclusão, da responsabilização das instituições públicas e da participação efectiva dos cidadãos na construção de políticas públicas e de consensos nacionais.

As actividades de divulgação e capacitação realizadas pelo IMD, incluindo reuniões virtuais com organizações da sociedade civil, líderes comunitários, representantes juvenis e parceiros internacionais, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a plataforma, fortalecer parcerias institucionais e recolher recomendações relevantes para o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de participação disponibilizados

pelo projecto. Estas iniciativas evidenciam que o reforço da mobilização comunitária continua a ser um elemento essencial para expandir o alcance da plataforma e promover uma participação mais representativa.

Não obstante os progressos registados, persistem desafios relacionados com a conversão do interesse inicial em participação efectiva. O processo de registo, as limitações de acesso à internet, os baixos níveis de literacia digital em alguns contextos, a necessidade de confirmação do endereço de correio electrónico para activação da conta e o ceticismo de parte dos cidadãos quanto ao impacto das suas contribuições continuam a influenciar os níveis de adesão e de participação activa. Estes desafios demonstram que o fortalecimento da participação cidadã depende não apenas do aperfeiçoamento tecnológico da plataforma, mas também de estratégias contínuas de sensibilização, acompanhamento e reforço da confiança pública nos mecanismos de consulta.

Neste contexto, recomenda-se a continuidade das acções de divulgação, o reforço das parcerias com organizações da sociedade civil, instituições de ensino, lideranças comunitárias e órgãos de comunicação social, bem como a exploração de mecanismos complementares de participação, como soluções baseadas em USSD e outras modalidades acessíveis a cidadãos com acesso limitado às tecnologias digitais. Recomenda-se igualmente a con-

tinuação de acções de sensibilização sobre o processo de registo e confirmação da conta, de modo a reduzir o número de utilizadores que iniciam o registo, mas não concluem a activação da plataforma.

Em suma, os resultados deste período confirmam o potencial da plataforma Cidadão Participa como um instrumento inovador de participação pública e de aproximação entre os cidadãos e o Processo do Diálogo Nacional Inclusivo. A consolidação desta iniciativa dependerá da continuidade dos esforços de mobilização, da melhoria permanente da experiência dos utilizadores e da demonstração de que as contribuições dos cidadãos são efectivamente consideradas no processo de formulação das reformas, fortalecendo, deste modo, a confiança nas instituições democráticas e a construção de um diálogo nacional cada vez mais inclusivo.

7. Anexo:

Síntese das Principais Contribuições Recebidas na Plataforma "Cidadão Participa"

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
Defesa e Segurança	- Manifestação de apoio à proposta de reforma no sector da Defesa e Segurança. - Reforçar a confiança entre os cidadãos e as instituições responsáveis pela defesa e segurança. - Manter o enfoque na protecção dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais inclusiva e segura.	2 (2 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Assuntos Fiscais	Não foram registadas novas contribuições durante o período em análise.	0
Recursos Naturais	- Reforçar a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos naturais. - Garantir uma distribuição mais equitativa das receitas para as províncias e comunidades locais. - Financiar projectos de educação, saúde, infraestruturas e geração de emprego. - Promover o conteúdo local através da contratação de mão-de-obra e fornecedores nacionais - Assegurar a responsabilidade social das empresas nas zonas de exploração, incluindo a melhoria de estradas e pontes. - Promover a industrialização e o processamento local das matérias-primas. - Reforçar a capacitação da juventude e a diversificação da economia. - Fortalecer a conservação ambiental, incluindo a protecção dos mangais e o envolvimento das comunidades em acções de reflorestamento. - Reforçar a transparência e a fiscalização das leis e contratos ligados aos recursos naturais. - Rever a legislação aplicável ao sector mineiro. - Melhorar as políticas de exploração dos recursos naturais, promovendo uma gestão mais transparente, equitativa, inclusiva e sustentável. - Fortalecer a conservação ambiental, incluindo a protecção dos mangais e o envolvimento das comunidades em acções de reflorestamento. - Reforçar a transparência e a fiscalização das leis e contratos ligados aos recursos naturais.	7 (7 via WhatsApp; 0 via plataforma)

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
Assuntos Constitucionais	Defender a manutenção dos actuais poderes do Presidente da República, considerando o seu papel enquanto mais alto magistrado da Nação.	1 (1 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Assuntos Económicos	Não foram registadas novas contribuições durante o período em análise.	0
Assuntos Eleitorais	- Reforçar a transparência e a credibilidade dos processos eleitorais; - Reformar a estrutura de administração eleitoral para garantir maior independência e imparcialidade. - Reduzir a influência político-partidária na gestão dos processos eleitorais; - Criar mecanismos que reforcem a confiança dos cidadãos nas eleições; - Promover instituições eleitorais mais autónomas, transparentes e eficazes; - Reforçar o papel da política como instrumento de transformação e desenvolvimento nacional; - Rever a legislação eleitoral para reforçar a transparência, credibilidade e justiça dos processos eleitorais. - Reforçar a transparência da contagem de votos, assegurando a participação dos intervenientes da mesa, observadores e cidadãos; - Divulgar os resultados apurados em cada mesa de voto; - Reconhecer a contagem paralela de votos como mecanismo complementar de fiscalização; - Rever a estrutura do STAE distrital; - Melhorar a transparência do processo eleitoral; - Registo de um comentário de apoio à iniciativa;	6 (4 via WhatsApp; 2 via plataforma)
Reforma da Justiça	Não foram registadas novas contribuições durante o período em análise;	0

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
Administração Pública e Despartidarização	- Reforçar a meritocracia e a transparência nos concursos públicos; - Promover a digitalização dos processos de recrutamento e promoção de funcionários públicos; - Combater o nepotismo, favoritismo e corrupção na função pública; - Reforçar a ética, integridade e responsabilização institucional; - Criar mais oportunidades para jovens qualificados e valorizar o mérito profissional;	1 (1 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Descentralização e Desconcentração	- Reforçar a autonomia dos Governadores Provinciais e clarificar competências entre Governadores e Secretários de Estado; - Evitar conflitos institucionais entre os diferentes órgãos de governação local; - Promover uma descentralização efectiva orientada para o desenvolvimento local; - Aproximar a tomada de decisão das comunidades e fortalecer a governação local; - Devolver maiores competências aos Governadores Provinciais, enquanto representantes eleitos, e reduzir a duplicação de funções entre órgãos do Estado;	3 (3 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Reconciliação e Unidade Nacional	- Manifestação de apoio à iniciativa do Diálogo Nacional Inclusivo; - Reforçar o diálogo, a coesão social e a confiança entre os cidadãos e as instituições; - Promover a estabilidade e o desenvolvimento através de mecanismos de governação mais inclusivos e descentralizados.	2 (2 via WhatsApp; 0 via plataforma)



CIDADÃO

PARTICIPA

Financiadores:



Implementadores:



IMD-Instituto para Democracia Multipartidária

Av. Lucas Elias Kumato nº 61, Bairro da Sommershield, Maputo-Moçambique
Escritório: + 258 84 306 6565 | imd.org.mz | www.imd.org.mz